

Miséria cresceu no 1º ano de Lula

FGV revela que 27,26% da população não ganham o suficiente para comer

• Estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas mostra que a parcela de brasileiros que não ganham nem para comer subiu de 26,23%, em 2002, para 27,26% no ano passado. Ou seja: 47,4 milhões

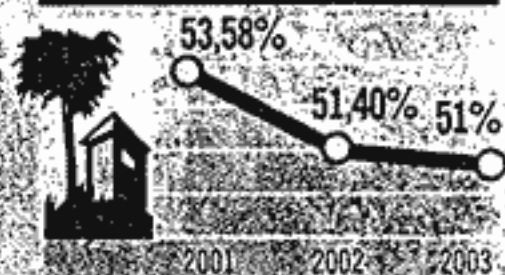
de brasileiros não têm dinheiro para consumir o mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde, informa FLÁVIA OLIVEIRA. A miséria cresceu fortemente nas regiões metropolitanas mas caiu no campo. **Página 23**

OS INDIGENTES NO BRASIL

Áreas metropolitanas



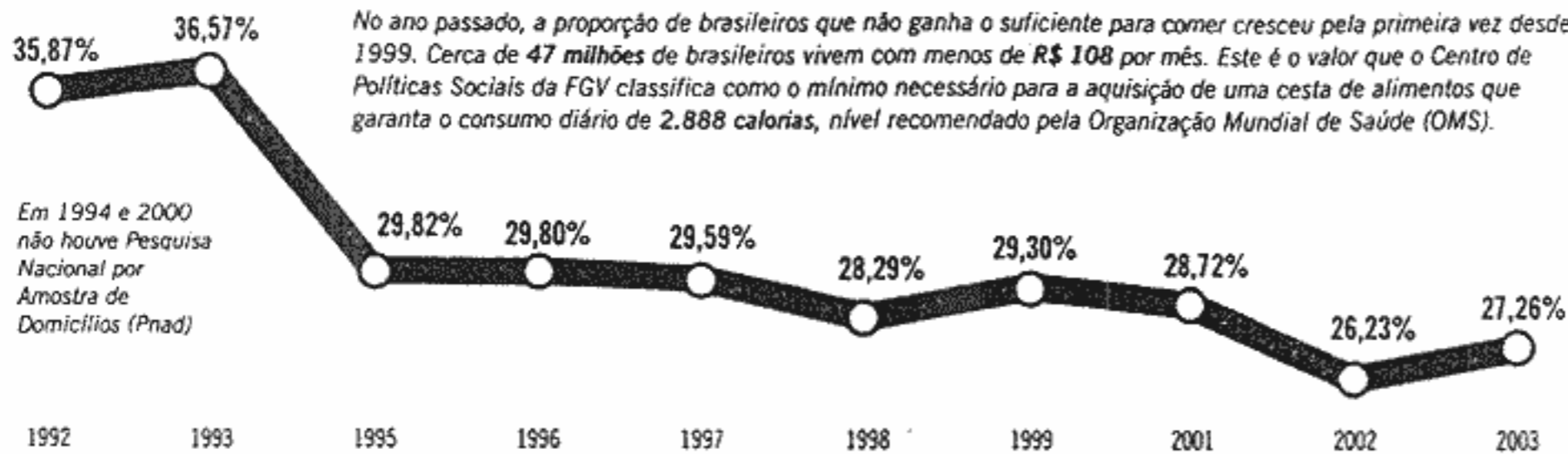
Áreas rurais



FONTE: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV)

Acompanhe as variações na taxa de indigência

BRASIL

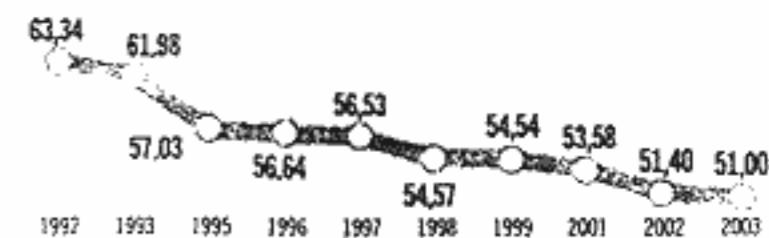


No ano passado, a proporção de brasileiros que não ganha o suficiente para comer cresceu pela primeira vez desde 1999. Cerca de 47 milhões de brasileiros vivem com menos de R\$ 108 por mês. Este é o valor que o Centro de Políticas Sociais da FGV classifica como o mínimo necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que garanta o consumo diário de 2.888 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

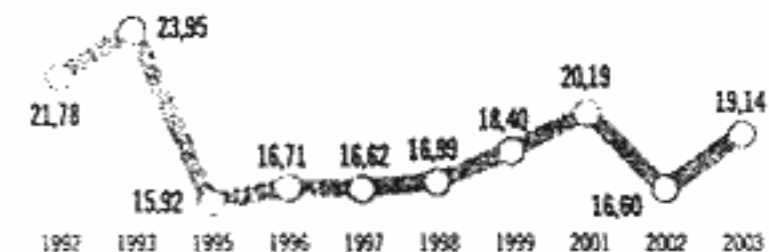
Em 1994 e 2000 não houve Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)

FONTE: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV).

ÁREAS RURAIS (em %)



ÁREAS METROPOLITANAS (em %)



Mais de 47 milhões na miséria

Estudo mostra que cresceu o número de pessoas que não ganha o suficiente para comer

Flávia Oliveira

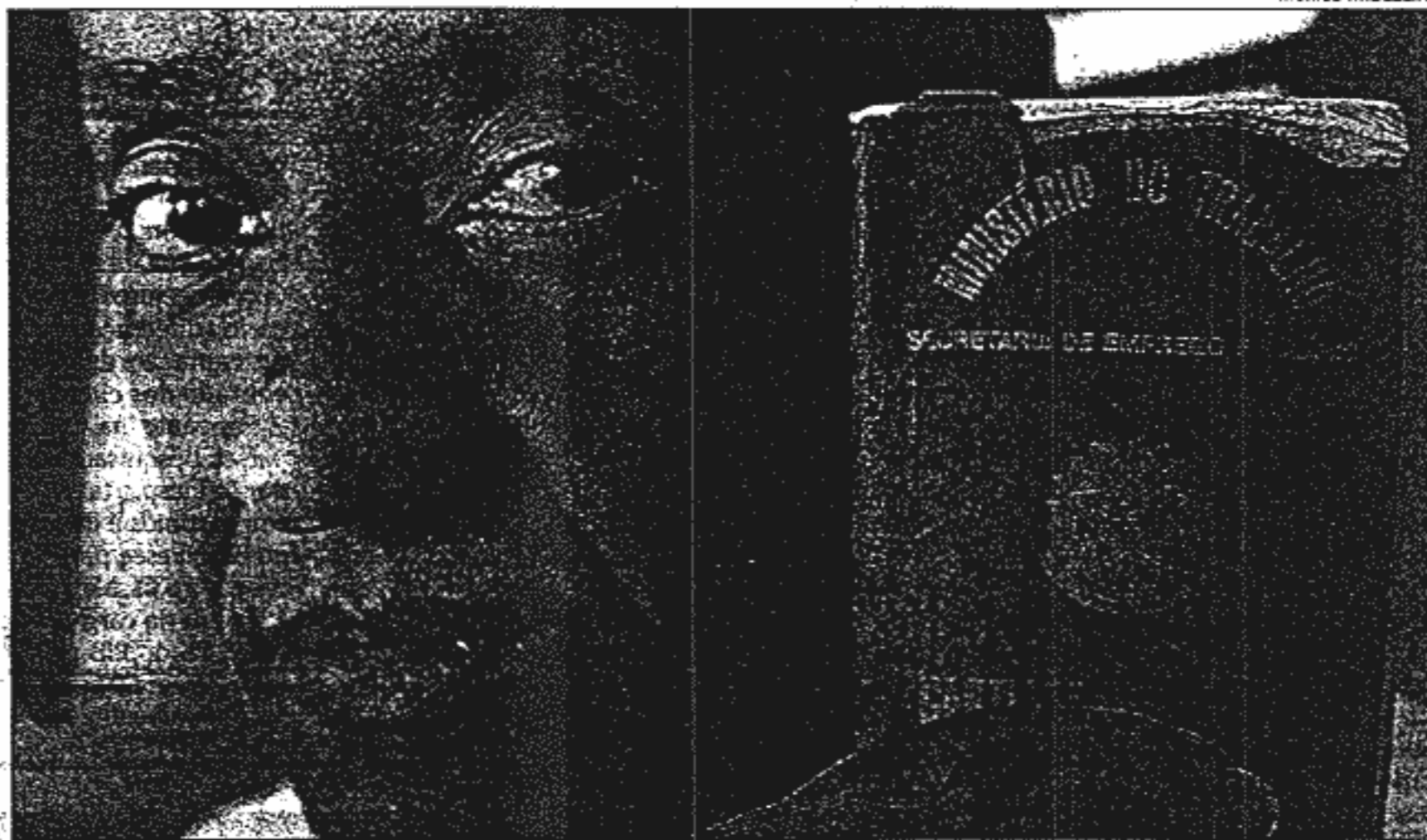
Mônica Imbuzeiro

A miséria aumentou no primeiro ano do governo Lula. Cálculo inédito do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV) mostra que a parcela da população que não ganha o suficiente para comer passou de 26,23% em 2002 para 27,26% no ano passado. Significa dizer que 47,4 milhões de brasileiros não têm dinheiro para comprar a cesta de alimentos que lhes garanta o consumo diário de 2.888 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Dos economistas dedicados à área social, Marcelo Neri, chefe do CPS-FGV, foi o primeiro a calcular a proporção de indigentes com base nos dados da recém-divulgada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-2003), do IBGE. Ele estimou que, no ano passado, a quantia mínima para suprir as necessidades alimentares dos brasileiros era de R\$ 108 mensais por habitante. Em 2002, eram R\$ 93.

Crise de emprego piora quadro social

Os dados da Fundação mostram que a miséria cresceu fortemente nas regiões metropolitanas (de 16,6% para 19,14% de um ano para o outro), mas caiu no campo (de 51,4% para 51%), onde a situação é mais aguda. Para Neri, a crise no mercado de trabalho explica o agravamento dos indicadores sociais nos grandes centros urbanos. Já as áreas rurais, completa, estariam começando a exibir os efeitos das políticas públicas que têm tido prioridade desde o governo passado. Raciocínio semelhante tem o Ministério do Desenvolvimento Social,



GERALDO NASCIMENTO, 51 anos, ex-gari, desempregado há sete meses: "Se pagasse aluguel, poderia estar na rua"

que comentou a pesquisa por meio de sua assessoria de imprensa. Mesmo frisando que não conhece a metodologia da FGV, o ministério informou que as estatísticas estão de acordo com a prioridade que o governo Lula deu às áreas pobres do semi-árido em 2003. O governo espera melhorar os indicadores metropolitanos este ano, uma vez que, de janeiro a julho, a meta era incluir no Bolsa Família 901 mil lares dessas regiões. Hoje, o principal programa de transferência de renda do governo federal atende a cinco milhões de famílias em 27 estados.

O aumento da pobreza no ano passado não chegou a surpreender os especialistas da área social. Maurício Blanco, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), previa a tendência desde que viu os resultados da Pnad. Segundo ele, seria difícil haver redução de pobreza com queda

real de 8% na renda dos domicílios:

— A renda caiu forte em todas as faixas analisadas e o desemprego aumentou. O ano passado foi difícil.

O economista Marcelo Medeiros, do Centro Internacional de Pobreza da ONU, diz que o aumento do desemprego no ano passado contribuiu para agravar os indicadores sociais. E que os indícios de uma crise estrutural no mercado de trabalho, especialmente para quem tem baixa escolaridade, sugerem que a desocupação tornou-se fator importante para explicar o aumento da miséria.

O ex-gari Geraldo José do Nascimento é o exemplo vivo do fenômeno. Desempregado há sete meses, não sabe como pagar os R\$ 500 de dívida que tem com banco e crediários. Aos 51 anos, ele busca ocupação diariamente, mas no momento não tem conseguido nem biscates. A

sobrevivência da família vem do salário-mínimo que a esposa ganha por mês, trabalhando como faxineira.

— Graças a Deus não pago aluguel. Agora, poderia estar na rua — diz.

A linha da fome de Neri é superior a quase todas as outras calculadas no Brasil — e que usam como referência o dólar ou o salário-mínimo. Mas, entre 92 e 2002, seguiu a tendência da linha de indigência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento. O Ipea calcula sua linha com base na ingestão de 2.100 calorias diárias, mínimo fixado pela FAO, órgão das Nações Unidas. No último dado disponível, a parcela de miseráveis caíra de 15,25% em 2001 para 12,16% em 2002. Em 2001, a proporção de indigentes, para Neri, era de 28,72%. ■

COLABOROU Isabel Kopschitz

Índice tende a melhorar em 2004

A recuperação da economia em 2004 pode transformar em fato isolado o aumento da miséria no ano passado. Autor do estudo que diagnosticou o crescimento da indigência, o economista Marcelo Neri estima que a expansão de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano — segundo o relatório de mercado do Banco Central — reduziria a proporção de miseráveis para 26,56% em 2004. E calcula que a recomposição da renda nos níveis de dois anos atrás faria a taxa recuar para 25,3%. Se confirmados, seriam os menores níveis de miséria já registrados por Neri, numa série que começa em 1992.

— A inflação subiu muito em 2002, e sua queda no ano seguinte foi à custa do desemprego. Houve um ajuste muito forte do mercado de trabalho em 2003, uma situação bem diferente do que se observa neste momento — diz Neri.

O economista chama a atenção também para a melhora constante na distribuição de renda nos dois últimos anos. Se, em 2004, o Índice de Gini (que mede a desigualdade de renda) caiu com a mesma intensidade de 2002 e 2003, a proporção de miseráveis chegaria a 25,51%, sem contar os efeitos do aumento do PIB e da recuperação dos rendimentos.



20 de Outubro de 2004

Usuário:

@brfree.com.br

Senha: 

Confira a
nossa
cobertura!

Clique Aqui!

Brasil .Notícias



<< voltar

BR Canais

BRASIL

MUNDO

ECONOMIA

POLÍTICA

ESPORTES

CULTURA

CLIMA

HORÓSCOPO

BR Serviços

FALE CONOSCO

ATENDIMENTO

CADASTRE-SE

BR MAIL

BR VITRINE

PARCEIROS

Busca:



14/10/04 às 21:13

Estudo mostra que 47 milhões vivem na miséria no Brasil

Parcela dos que não ganham o suficiente para comer subiu para 27,26% da população em 2003

SÃO PAULO - O Brasil possui 47,4 milhões de habitantes que não ganham o suficiente para comer, parcela que passou de 26,23% da população em 2002 para 27,26% em 2003, o primeiro ano do governo Lula. O cálculo inédito é resultado de uma pesquisa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV), apresentada nesta quinta-feira, em São Paulo.

"Esse resultado é reflexo da alta inflacionária registrada no fim de 2002, somada à estagnação econômica e ao aumento do desemprego. Isso tudo contextualizado num período de mudanças no cenário político nacional", explicou à Reuters o economista-chefe do CPS-FGV, Marcelo Neri.

Segundo a avaliação do especialista, no entanto, com a mudança desse quadro já registrada em 2004, as perspectivas são positivas. "Podemos esperar que, a partir dos dados deste ano, a taxa recue para cerca de 25% da população e a desigualdade comece a ceder", previu.

Essa estimativa para 2004 considera que a economia brasileira apresente crescimento médio de 4,5%, enquanto o nível de desigualdade mantenha trajetória de queda de 0,1 ponto por ano, como ocorreu em 2002 e 2003.

"Os fortes ajustes realizados no decorrer no ano passado nos fazem acreditar na possibilidade de continuidade da redução da desigualdade para os próximos anos", afirmou Neri.

O estudo da FGV avaliou pela primeira vez os dados abertos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para calcular a quantidade de brasileiros em situação de miséria.

Essa parcela da população não tem dinheiro sequer para comprar uma cesta básica de alimentos que garanta o consumo diário de 2.888 calorias, segundo o nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

De acordo com o cálculo do CPS-FGV, enquanto em 2002 a quantia mínima necessária para suprir as necessidades alimentares dos brasileiros era de R\$ 93 ao mês por habitante, no ano passado esse valor subiu para R\$ 108, descontada a inflação do período.

Na comparação dos dados entre 1992 e 2003, contudo, há redução

BR

BR

DVD
Escol
Shop

Box 1
Por a
somli

Videc
O me
Shop

Câme
Sony
Em 11
Bana

Perfu
As me
Shop

CD M
Por a
All C

significativa da miséria nacional, com queda de 35,87% para 27,26%.

Segundo o estudo, apesar de a desigualdade social brasileira estar entre as três maiores do mundo, há possibilidade de a pobreza ser reduzida por meio da transferência de renda, já que o crescimento econômico permite promover a divisão de ganhos e não de perdas, como ocorre nos períodos de crise.

| *Reuters*

CONTINUA ABAIXO

Pobreza foi 'democratizada' por Palocci

O economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais do Ibre/FGV, admitiu que a redução de 0,01 ponto percentual no índice gini de desigualdade entre 2001 e 2003, pode ter sido apenas uma "democratização" da pobreza.

"Foi uma certa democratização da miséria porque a renda caiu, mas caiu menos para os mais pobres. Não fosse isso, a miséria teria aumentado mais", salientou Neri, que coordenou estudo sobre o crescimento da pobreza no primeiro ano do governo Lula.

Ele acrescentou que, se a melhora no índice gini equivale a quase 2 pontos percentuais na redução da miséria, se continuar a redução da desigualdade, a miséria pode cair de 27,26% para 25,5%, "sem nenhum crescimento em 2004": "Mas, como sabemos que haverá crescimento da ordem de 4%, a proporção de miseráveis cairá para 24,9%. Daí a importância do combate à desigualdade", ressaltou.

Concordando que, provavelmente, a redução na desigualdade não tenha ocorrido, se considerada somente a camada do 3% mais ricos, Neri ressaltou o peso da concentração na faixa dos 10%.

"Eles, que abocanham quase 50% da renda nacional, têm perdido espaços nos últimos dois anos, quando perderam participação na renda de 47% para 45%. Não é pouco, se observados os últimos 40 anos. No caso brasileiro, esta faixa mostra muito, pois os 10% seguintes se apropriam de parcela muito menor da renda".

PROBLEMAS Corporativismo, corrupção, falta de integração e de preparo

Garotinho comandará uma polícia acuada

O ex-governador Anthony Garotinho assumirá, nesta segunda-feira, o comando da segurança do Estado e a difícil tarefa de conter os altos índices de violência, com uma Polícia acuada: 170 policiais foram mortos no ano passado e 37 neste ano, muitos sumariamente executados por bandidos.

Garotinho terá a desafiarem-no, ainda, o corporativismo das duas polícias - Civil e Militar -, a corrupção e a violência policiais. "Esses três elementos só podem ser enfrentados por um secretário dotado de autoridade e legitimidade. A pressão corporativa é maior quanto mais frágil o poder superior", afirma o secretário

nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, antigo desafeto do ex-governador, que, no entanto, considera positiva a nomeação feita pela governadora Rosinha Garotinho.

Wlamir Leandro Mota Campos, especialista em gestão de políticas de segurança pública e defesa nacional, afirma que os maiores desafios de Garotinho serão a capacitação das polícias e a integração de informações e do planejamento de operações.

Campos diz que, na maioria das vezes, os policiais vão para as ruas despreparados e sem saber qual o objetivo da operação. Daí, o elevado número de mortes de policiais. A-19

BANCOS

Diferentes maneiras de atender cada cliente

A segmentação do atendimento bancário apresenta benefícios e desvantagens. O cliente tem inúmeros benefícios, mas acaba enfrentando restrição de acesso a diferentes operações. A definição do segmento no qual cada cliente se encaixa não tem regra única. É feita com base em critérios que variam entre as instituições financeiras.

Os quesitos para as pessoas físicas vão da remuneração ao estado civil. Para pessoas jurídicas, avaliam-se o porte e o patrimônio da empresa, a área de atuação e a capacidade de geração de caixa. Nem tudo são flores. Há casos de quem melhorou de nível, para o banco, e viu o atendimento piorar. B-18 e B-3

SEU NEGÓCIO

Busca por segurança cria oportunidades

A procura por segurança aquece atividades como a blindagem de veículos e residências, monitoramento e venda de equipamentos para vigilância. Com investimento de R\$ 25 mil a R\$ 1 milhão, é possível montar uma empresa. B-20

LOJISTA

Quando as falhas são do dono

O mau desempenho da loja pode ser causado por erros do próprio dono. Falhas na negociação com o fornecedor ou no relacionamento com os funcionários estão entre as mais comuns. B-15

CÍCERO SANDRONI

Reformas exigem consenso do PT

A-7

CARLOS HEITOR CONY

Revendo a nota

A-26

DELFIN NETTO

Tarifas inflacionárias

A-27

RUBENS RICUPERO

Geometria variável

A-28

CESAR MAIA

'Devo ser candidato'

MACROCOMERCIO



"Esta é a decisão do PFL. Devo ser candidato". A declaração do prefeito Cesar Maia ao Jornal do Commercio marca o início da disputa pela Prefeitura do Rio, no próximo ano. O vice-governador Luiz Paulo Conde

(PSB) e os deputados Chico Alencar (PT), Denise Frossard (PSDB) e Bispo Rodrigues (PL) são potenciais adversários do prefeito. Cesar Maia já escolheu aquele que considera o melhor adversário para si: Luiz Paulo Conde. A-20

MARCELO NERI

Governo é competente em resolver incertezas

ASSAIO



Crítico do programa Fome Zero, o economista Marcelo Cortes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas, vê sinais de mudanças na política social de Lula. "Acho que o Governo

está sendo muito competente em resolver incertezas, em dar um bom rumo macroeconômico para o Brasil, e ao mesmo tempo, olhando para a questão distributiva, para a renda, nos dois aspectos", afirma Neri, em entrevista à repórter Lucianne Carneiro. A-2

FOMENTO

BNDES empresta menos no Estado

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) emprestou R\$ 526,628 milhões a empresas do Estado, no primeiro trimestre do ano. O montante é inferior aos desembolsos, de R\$ 611,567 milhões, de igual período do ano passado. O setor que mais re-

cebeu recursos no trimestre foi o industrial, com R\$ 363 milhões, pouco mais que os R\$ 336,421 milhões do primeiro trimestre de 2002. O maior financiamento, de R\$ 288,8 milhões, beneficiou a El Paso, para cobrir os custos de produção de termelétrica, em Macaé. A-3

A retomada da indústria naval

Ainda distante do auge, quando empregava 40 mil metalúrgicos, a indústria naval deverá ser a maior geradora de novos empregos no Estado, até 2004. "O setor tem quatro pré-con-

dições para festejar: demanda, mão-de-obra qualificada, recursos próprios e parque industrial instalado", diz o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, Luiz Chaves. A-3

GOVERNO LULA

Estratégia para o desenvolvimento começa a tomar rumo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer transformar o País num grande fornecedor de produtos e serviços de alto valor agregado. Tudo o que for necessário para atingir o objetivo, de financiamento a estratégias, será definido por um grupo ligado ao presidente, coordenado pelo ministro-chefe da Se-

cretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken.

A experiência que serviu de base na concepção do grupo foi a do então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, que colocou o vice, Al Gore, para coordenar a meta de suplantarmos o Japão como líder da economia mundial. A-6

PREVIDÊNCIA

Servidor terá teto salarial para eliminar aposentadorias milionárias

Lula envia reforma ao Congresso na quarta

O ministro Ricardo Berzoini, da Previdência Social, informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhará ao Congresso, nesta quarta-feira, a proposta de reforma da Previdência. O texto inclui a fixação de teto salarial de R\$ 12.720,00 para os servidores públicos, com o objetivo de acabar com as superapostentadorias pagas pelo INSS, que chegam a R\$ 53 mil mensais.

A-17

CARREIRAS

Vagas pouco atraentes podem esconder boas oportunidades

B-12

ARGENTINA

Murphy deve ser o mais votado para presidente

A-13

PAÍS

Lula adota o estilo mediador para governar

A-74

ARTES

Patrocínio agora exige ação social em contrapartida

D-7

COMERCIO E INDUSTRIA

C A D E R N O	
Economia	2 e 11
Mundo	12 e 13
País	14 e 17
Rio de Janeiro	19 e 20
Empresa	21 e 22
Universidade Aberta	23
Tecnologia & Saúde	24 e 25
Opinião	26 e 29

C A D E R N O

Mercados/Fundos/Bolsa	1 e 9
Sãos Coletas	10 e 11
Apontamentos	11
Carreiras/Serviços	12 e 14
Jornal do Leitor	15
Internet & Cia	16
Direito & Justiça	17
Indicações	18 e 19
Seu Registo	20
S E I D O S	25
Encargos/Anúncios, nas páginas A-10 a A-12	
C A D E R N O	
Artes e Esportivos	1 e 8

ASSINATURAS

Rio de Janeiro: 2518-2239/2518-3815
 Demais localidades: 0800-2240800
 Atendimento ao Leitor:
 2223-8551/2518-2627
 2223-8562
 2516-5733

jornaldocomercio@jornal.com.br

ENTREVISTA

Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do Ibre

Competência
para resolver
incertezas

LUCIANNE CARREIRO

Otimista diante das perspectivas de melhoria de renda e de emprego no Brasil, mas desde que as reformas sejam aprovadas e o cenário externo mantenha-se sem turbulências. Assim se define o chefe do **Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas**, Marcelo Cortes Neri. Ele acredita na melhoria de renda da população brasileira a médio prazo, assim como na retomada do emprego em 2004. O ano de 2003, para o economista, já está comprometido e a retomada do mercado de trabalho deve ocorrer de maneira gradual. Conhecido crítico do programa Fome Zero, Neri vê sinais de mudanças na política social do Governo Lula. "Quando o Governo Lula assumiu, já estava embutido no preço dos ativos um risco muito grande. A perspectiva do Brasil em termos de renda é muito boa em parte por tirar esse fardo da incerteza das costas. Acho que o Governo está sendo muito competente em resolver incertezas, em dar um rumo macroeconômico bom para o País e, ao mesmo tempo, olhando para a questão distributiva, para a renda nos dois aspectos", afirma Neri.

JORNAL DO COMMERCE — Quais as perspectivas para a melhoria de renda da população brasileira?

MARCELO CORTES NERI — No momento, vejo uma tentativa de colocar em prática a qualidade distributiva do crescimento de uma maneira muito diferente do que até então acontecia. E o que é de certa forma surpreendente, pelo próprio Partido dos Trabalhadores (PT), que tem hoje uma posição muito diferente da apresentada há algum tempo, por exemplo na questão das reformas. Vejo uma possibilidade de reformas que vai se refletir muito sobre a questão das perspectivas (de renda).

Quando o governo Lula assumiu, já estava embutido no preço dos ativos um risco muito grande. A perspectiva do Brasil em termos de renda é muito boa em parte por tirar esse fardo da incerteza das costas. Acho que o Governo está sendo muito competente em resolver incertezas, em dar um rumo macroeconômico bom para o País e, ao mesmo tempo, olhando para a questão distributiva, para a renda nos dois aspectos.

A guerra nem nos afetou tanto, o que já foi um bom teste. O risco Brasil caiu, a cotação do dólar também, a Bolsa está subindo, o que pode gerar um círculo virtuoso em vários sentidos no crescimento do País. Acredito que a gente pode revisar um período de crescimento econômico com a vertente distributiva no bom sentido. Esse e obviamente um começo de jornada. Sou otimista quanto às perspectivas de melhoria de renda do Brasil no médio prazo. Tenho um otimismo condicionado a aprovação das reformas e a um ambiente externo estável, sem turbulências.

Quais as chances de redução das desigualdades sociais no País?

— Existe uma coisa no Brasil chamada desigualdade inerente. A desigualdade se mantém absolutamente estável desde quando foi observada, nos anos 60. Não acho que vai ser fácil mudar a desigualdade no Brasil. Alguns coisas já foi semeada na década de 90, em educação, por exemplo. Ampliou-se o ensino fundamental, o ensino médio, mas falta pensar na qualidade desse ensino, pensar na pré-escola. A questão é que o mundo inteiro está melhorando

É possível reduzir a desigualdade nos próximos quatro anos?

— É uma questão em aberto. Por mais otimista que eu seja, as séries históricas me desautorizam qualquer otimismo nesse sentido. Desigualdade é mais difícil porque significa tirar de uns e dar para outros. F. obviamente as pessoas que estão perdendo reagem e geralmente pertencem a grupos fortes. No fundo, existe uma necessidade de reformular o sistema tributário no Brasil, fazer impostos mais progressivos e taxar as classes de renda mais altas.

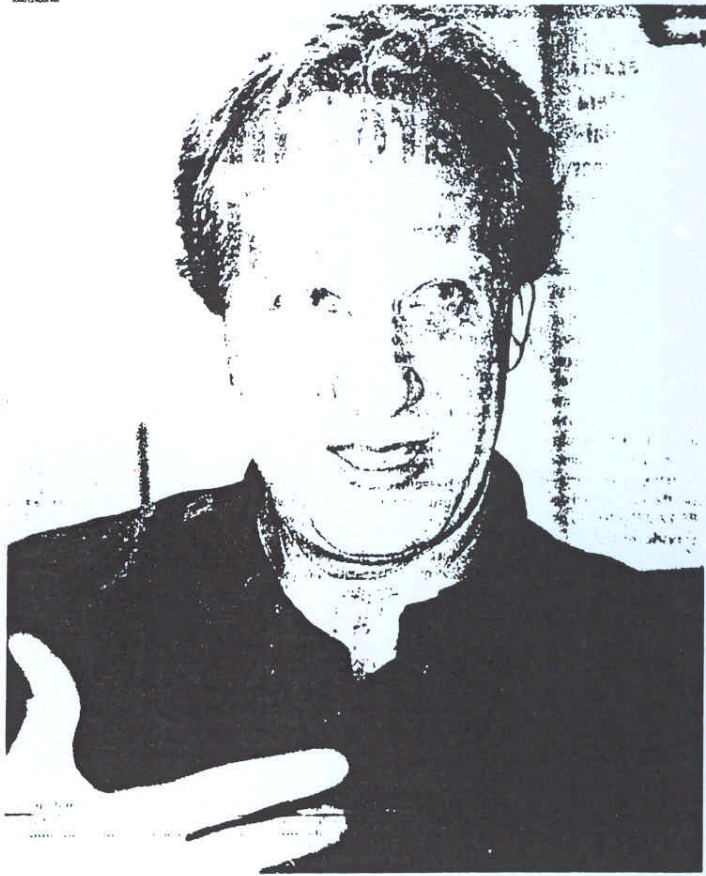
Existem projetos interessantes. O Bolsa Escola é um bom projeto. Já o salário mínimo não é uma ideia boa em termos de políticas concretas. O salário mínimo figura no imaginário como a política distributiva. O aposentado rural vai receber R\$ 240 e uma criança recebe do Bolsa-Escola R\$ 15. Por que a criança recebe muito menos que o idoso? É uma questão de isonomia, é elevar quem está abaixo e dar menos a quem está em cima.

É mais fácil combater a desigualdade de renda num momento de crescimento, embora também as séries históricas me desautorizem nesse aspecto, do que num momento de recessão. Se o Brasil de fato entrar num círculo virtuoso de crescer a taxas maiores, e se forem privilegiados certos segmentos mais pobres com um conjunto de políticas como Bolsa-Escola, educação, merenda escolar, livro didático, programas de apoio, é possível reduzir as desigualdades.

O senhor fez algumas críticas ao Fome Zero. Qual a sua avaliação sobre o programa hoje?

— Já estava claro que não sou um entusiasta do principal projeto do Governo Lula na área social. É um programa antigo, antiquado. Ataca consequências e não causas. Até aí, tudo bem, mas não faz isso da melhor forma, nem da forma como já se fazia no País. Não entendo, creio que está em curso uma possível mudança. Aos poucos, observamos posições favoráveis sobre benefício social único e cadastro social único. Vejo novas perspectivas nessa área, que estão começando a ser adotadas, embora ainda não florescendo

ZAO CHEN/ISA



'O risco Brasil caiu, a cotação do dólar também, a Bolsa está subindo, o que pode gerar um círculo virtuoso em vários sentidos no crescimento do País.'

Quais os efeitos que a melhor distribuição da renda pode trazer para a economia brasileira?

— Se melhorar a distribuição de renda, vai-se criar um mercado interno, que não é muito intenso em produtos importados, e assim não vai desequilibrar a balança comercial. Acho que a gente tem uma visão dos pobres um pouco equivocada, que alcança até algumas políticas sociais. Acharmos que pobre gosta de coisa ruim. Mas tem a experiência do Magic Johnson que abriu franquias de salas multiplex de cinema altamente luxuosas nos subúrbios negros americanos e teve estrondoso sucesso. Aqui no Rio de Janeiro, existe a experiência do Mc Donald's na Rocinha, que vende bem. O que acho e que temos um segmento que e pouco olhado e é muito desconhecido

De que outra forma se pode estimular a economia?

— Acho que não é só redistribuir renda, é redistribuir riqueza. Renda é um fluxo, riqueza e estoque. Se mudar só o fluxo de renda, e não o estoque de riqueza, isso vai ser uma coisa passageira, populista. Uma parte fundamental do estoque de riqueza é o patrimônio capital social, que são as instituições, os contratos. F. isso e que os pobres têm pouco. Eu compartilho muito da visão do priano Fernando de Soto de que o capital do pobre e a capital morto — ele não tem capital secundário por causa dessa falta de institucionalidade. O pobre tem uma riqueza que não usa, porque não está legalizada.

A mudança de institucionalidade estimula não só o consumo, que é fugaz, mas também o aumento de investimentos. A questão não é examinar apenas a qualidade dis-

tributiva, mas também a permanência dos efeitos distributivos. Isso passa pela regularização fundiária, pelas políticas de microcrédito e pelo estímulo aos microempresários. Com o aumento dos investimentos, aumenta a compra de bens de capital que pode gerar renda. Vivemos verdadeiras bolhas de consumo transitório na época do Plano Cruzado e do início do Real. Ainda não tivemos um boom do investimento dos pobres.

Qual é a sua expectativa para o mercado de trabalho?

— Este ano está um pouco comprometido. A retomada é tímida, gradual, com bases muito frágeis, como vimos nos números da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo esta semana. O nível de emprego subiu 0,56% em São Paulo no mês de março na comparação com fevereiro, segundo a Fiesp.

Estou mais otimista em relação a 2004, mas de qualquer forma tudo depende do quadro macroeconômico, dos juros e da taxa de câmbio. O porém são os choques externos, já que o desemprego dos últimos anos tem vindo a reboque das turbulências internacionais. Ao mesmo tempo, vemos o lançamento do Primeiro Emprego, que é um programa interessante e pode ajudar no arrefecimento do bolsão de desemprego dos jovens.

O senhor acredita na aprovação das reformas tributária e da previdência em 2003?

— Acho que as reformas têm chance de passar este ano e de passar bem. Será muito mais fácil aprovar este ano do que se isso for adiado para depois. O Governo Lula é minoria, mas tem coalizão no Congresso e angariou popularidade, além do fa-

to de que a oposição atual já era a favor das reformas e tem tentado se mostrar coerente.

O senhor considera que a mudança de perspectiva de realização de reformas não apenas pelo lado macroeconômico, mas também pelo lado social, já está gerando frutos?

— Isso vai gerar frutos quando se fizer as reformas. Agora é a fase da discussão prévia. A questão mais importante é que a reforma não tem apenas seu lado macroeconômico, ela é sobretudo social. As reformas têm aplicações distributivas importantes e elas precisam ser feitas não só porque pode ajudar o crescimento do País ou porque vai satisfazer banqueiros nacionais e internacionais. Os 10% mais altos recursos previdenciários consomem 48% da massa de benefícios, o que é uma desigualdade tão grande quanto a desigualdade trabalhista. E como a previdência consome metade do gasto social brasileiro, a gente está falando que os 10% mais altos consomem 25% do total de gasto público do Brasil, pouco mais de 5% do PIB. Portanto, as reformas tem um papel distributivo muito importante.

Como o senhor avalia a taxa de inatividade?

— Acho que é uma questão de isonomia. O Brasil é um dos poucos países do mundo em que o aposentado recebe mais que uma pessoa da ativa. O aposentado do setor público termina com o seu salário, normalmente no pico, e depois não contribui mais para a Previdência e acaba tendo uma renda líquida maior. É claro que há os empecilhos jurídicos e a negociação política, mas acho que a taxa de inativos é uma justiça entre ativos e inativos

ECONOMIA

EMPREGO E RENDA Especialistas prevêem que nível de ocupação e salários entre em franca recuperação

Perspectivas são otimistas para 2004

JULIANA ROCHA

Uma das principais promessas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha, a redução do desemprego no País, está prestes a começar a ser cumprida. Especialistas em emprego e renda esperam que o nível de ocupação, assim como a renda real da população, entrem em franca recuperação no próximo ano.

A melhora dos fundamentos econômicos e do nível de atividade apontam para o aumento do nível de emprego a partir de 2004 – afirma o sócio da consultoria Tendências e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) José Márcio Camargo.

A opinião do economista da Tendências é endossada pelo diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), João Sabóia, e pelo chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri. Para Sabóia, o ano de 2003 foi perdido do ponto de vista do combate ao desemprego, pois o mercado de trabalho reagiu lentamente à redução das taxas de juros, que já vem sendo promovida pelo Banco Central desde junho.

Nos primeiros meses da atual administração, foi registrado aumento do desemprego e redução do rendimento real. Quando Lula assumiu a presidência, em janeiro deste ano, a taxa de desocupação da população brasileira era de 11,2%. Em julho, o último dado disponível, a taxa foi de 12,8%, tendo atingido 13% em junho – o maior nível da série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a nova metodologia utilizada desde outubro de 2001.

O rendimento médio real efetivamente recebido (que contabiliza também as horas extras) em janeiro de 2003 era de R\$ 910,82. Em junho deste ano, o indicador caiu para R\$ 841,91 – uma queda de 7,5%.

QUEDAS ESTE ANO NOS SETORES PRIVADO E PÚBLICO

O setor privado apresentou redução do rendimento médio real efetivamente recebido de R\$ 816,49 em janeiro para R\$ 776,99 em junho deste ano – uma diferença de 4,8%. Mesmo no setor público, onde os salários são mais estáveis, houve redução: de R\$ 1.363,59 em janeiro para R\$ 1.253,57 em junho – 8% menos.

Tanto José Márcio Camargo, da Tendências, quanto João Sabóia, da UFRJ, consideram sazonal a pequena redução do desemprego observada em julho deste ano. Historicamente, a taxa de desemprego cai no segundo semestre do ano, com a maior oferta de vagas temporárias na indústria e no comércio com a proximidade do Natal. No ano passado, a taxa começou a diminuir em agosto. De 11,9% em julho, baixou para 11,7% no mês seguinte e chegou a 10,5% em dezembro.

Somente haverá aumento do nível de ocupação se o Governo conseguir a taxa de crescimento de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004, como foi prometido – destaca Sabóia.

Ele diz acreditar, ainda, que para o nível de formalidade (empregados com carteira assinada) voltar a crescer, é preciso que o crescimento da economia seja ainda maior. "Para que todos os empregados que o presidente Lula prometeu durante a campanha sejam criados (10 milhões), é necessário crescimento de 6%", completa.

Entre a população empregada, a taxa de formalidade também caiu. De 45% em janeiro para 44,3% em julho, tendo atingido 43,9% em junho.

Quanto ao rendimento médio real, Ca-



A melhora dos fundamentos econômicos e do nível de atividade apontam para o aumento do nível de emprego a partir de 2004.

José Márcio Camargo



Aqueles que não procuravam mais emprego voltaram a tentar recolocação com a posse de Lula. O que aumentou foi a esperança, não foi a ocupação que diminuiu.

Marcelo Neri

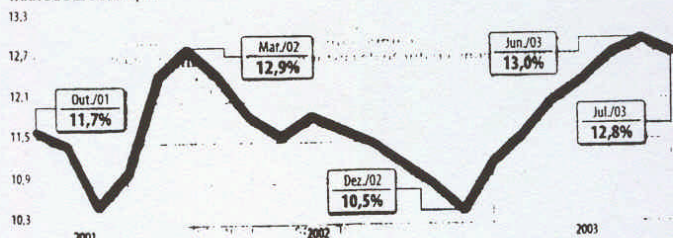


Somente haverá aumento do nível de ocupação se o Governo conseguir a taxa de crescimento de 3,5% do Produto Interno Bruto em 2004, conforme foi prometido.

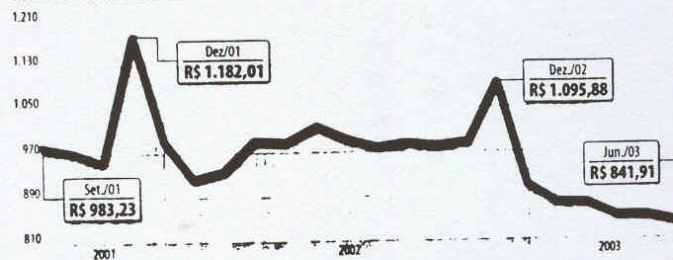
João Sabóia

EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO E DA RENDA

TAXA DE DESOCUPAÇÃO



RENDIMENTO MÉDIO REAL



margo destaca que, numa situação regular, o controle da inflação faria com que este subisse. O elevado nível de desemprego, contudo, reduz o poder de barganha dos trabalhadores por melhores salários e também as horas extras pagas. "É a lei da oferta e da procura. Com maior oferta de mão-de-obra, o empregador paga menos", explica

Camargo.

Além de a redução da atividade econômica ter acelerado o aumento do desemprego no País, a posse, pela primeira vez, de um presidente operário no Brasil, fez crescer a esperança da população de conseguir uma vaga no mercado de trabalho. Isso acabou levando a um aumento ainda maior da taxa de deso-

cupação no período.

Na opinião de Marcelo Neri, da FGV, a oferta de emprego não piorou durante o Governo Lula, mas a População Economicamente Ativa (PEA) – formada por pessoas maiores de 10 anos que estão trabalhando ou à procura de uma ocupação – cresceu.

Os desalentados, aqueles que já não procuravam mais emprego, voltaram a tentar a recolocação no mercado de trabalho com a posse do Lula. O que aumentou foi a esperança, frustrada, da população. Não foi a ocupação que diminuiu – explica o economista.

BUSCA DE TRABALHO PARA MANTER RENDA FAMILIAR

Neri diz, ainda, que a queda do rendimento médio da população fez com que integrantes de famílias que não estavam inseridas no mercado de trabalho buscassem emprego para manter a renda familiar.

A PEA cresceu de 20.542 milhões de pessoas em janeiro deste ano para 21.020 milhões em julho (+2,3%). Em junho, quando foi registrada a maior taxa de desocupação desde outubro de 2001, a PEA foi de 21.082 milhões de pessoas.

Otimista, Neri aponta, ainda, que os dados do desemprego levantados pelo IBGE não refletem a realidade do mercado de trabalho no País, mas apenas nas regiões metropolitanas, onde, segundo ele, está o epicentro da crise do desemprego. "O emprego no campo deve ter aumentado com o boom do agronegócio e o aumento das exportações do setor", argumenta Neri.

O economista também critica os critérios de análise do rendimento real da população, já que o dinheiro dado pelo Governo através de programas sociais a famílias carentes também representam uma forma de renda.

A desigualdade de renda começa a mudar?

Marcelo Neri

Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV
mneri@fgv.br

A desigualdade de renda brasileira está entre as três maiores do mundo, e tem se mantido estável ao longo das décadas. A PNAD/IBGE permite o monitoramento anual da situação social brasileira. Dividimos aqui a população brasileira em três grupos de renda: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita* (mais precisamente, 45,7%); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (13,5%); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,8%). A renda individual do grupo mais rico é 16 vezes daquela observada no grupo mais pobre no Brasil.

Se olharmos as flutuações econômicas dos últimos 15 anos, segundo uma perspectiva distributiva, verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-1996) e o de crises externas (1997-2001) apresentam, tanto para o bem como para o mal, mudanças distributivas relativamente pouco pronunciadas. Já no último período (2001-2003) observamos um movimento de redução da desigualdade. Por exemplo, a parcela dos 10% mais ricos cai de 47,3% para 45,7% no espaço de dois anos, dado inédito na história social brasileira dos últimos 15 anos. Será que a desigualdade inercial brasileira começa a dar sinais de mudança, como um transatlântico começando a mudar sua rota?

No período de transição para a estabilidade, ao contrário do que se tem enfatizado, o efeito redutor de desigualdade do Real foi relativamente pequeno. A linha de pesquisa que originou o Real e os planos de estabilização que o antecederam buscavam reduzir a inflação mantendo, mais ou menos constante, o *status quo* da distribuição de renda.

A fase da URV, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia justamente isso. O Real foi concebido — e bem-sucedido — no combate à inflação. O grande ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi a queda da desigualdade, mas — como o próprio nome sugere — o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos. Essa redução de incerteza levou a efeitos

ilusórios de redução de disparidades de renda, mas melhorou as condições para a aplicação de políticas sociais.

Por outro lado, a análise da distribuição de renda no período de crises externas (1996-2001) é muito heterogênea no Brasil, dependendo do que, de quem e de onde se olha. Se somente for observada a renda do trabalho nas grandes metrópoles, haverá uma idéia de que a crise é mais séria. Se forem analisadas todas as fontes de renda e áreas geográficas, nos aproximando de um conceito mais abrangente de bem-estar, a crise se apresenta mais branda.

Crise Metropolitana — No período 1992 a 2003 observamos queda sistemática da miséria nacional de 35,87 para 27,26,¹ uma queda acumulada de 24%. Essa queda é observada mesmo durante os períodos de crise externa e ajustes posteriores, de 1996 a 2003 ela cai 9% e 17% no período 1992 a 1996. A miséria metropolitana, após o período de lua-de-mel com o Plano Real, tem aumentado desde 1995. A miséria rural cai sistematicamente em todos os anos da série, inclusive em períodos de seca do Nordeste como 1998 e 2001. A miséria urbana, por sua vez, apresenta uma trajetória temporal similar àquela observada em nível nacional.

Se olharmos para intervalos mais longos a miséria na área metropolitana no período 1992 a 2003 apresenta um decréscimo de 12%. O menor entre todos os tamanhos de cidade. Função da maior redução de miséria no período 1992 a 1996 (23%), já que a miséria subiu 15% após 1996.

As áreas rurais foram as menos beneficiadas na conjuntura expansiva 1992 a 1996 caindo 11%. Já no período posterior (1996-2003) as áreas rurais apresentam o melhor desempenho entre todos os tipos de regiões, caindo 10%.

A miséria urbana, por sua vez, apresenta uma trajetória similar àquela observada em nível nacional, sendo a mais estável entre todos os períodos de análise. No cômputo geral, fruto da expansão das cidades médias, a miséria urbana cai cerca de 22% durante o período 1992 a 2003.

Cenários — Tomemos agora a medida de desigualdade mais usual

Cenários sobre a miséria

	Renda domiciliar <i>per capita</i>	Miseráveis (%)	Varição (%)
Brasil 2003	379,78	27,26	
Efeito crescimento*			
3%	391,17	26,56	-2,60
12%	425,35	24,16	-11,39
Efeito desigualdade (R)**	379,78	25,51	-6,42
Com crescimento*			
3%	391,17	24,92	-8,61
12%	425,35	22,67	-16,86
Efeito desigualdade (R)***	379,78	20,98	-23,04
Com crescimento*			
3%	391,17	26,56	-2,60
12%	425,35	24,16	-11,39

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE.
*Crescimento da renda *per capita*. **Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio de Janeiro no ano 2001 (Gini cai de 0,585 para 0,574). ***Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio do Rio Grande do Sul (Gini cai de 0,585 para 0,535).

entre os analistas: o índice de Gini, que varia entre 0 e 1. Quanto maior o resultado, mais desigual é a sociedade. Numa situação utópica, onde a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,585 correspondente ao nosso Gini, não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

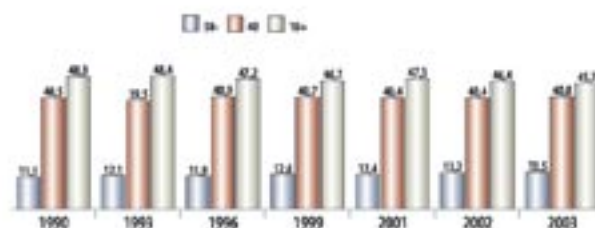
Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, esta mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de redistribuição de renda ou de ativos geradores de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29), não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro políticas contra a desigualdade constituem importante aliado no combate à pobreza.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$ 108 por mês a preços da Grande São Paulo em outubro de 2003, quantia necessária para suprir as suas necessidades alimentares básicas) cairá dos 27,26% de 2003 para 26,56% em 2004, uma queda de 2,6%, se a renda *per capita* nacional crescer 3% ao ano entre 2003 e 2004 o que corresponde ao ritmo de crescimento atual do PIB em torno de 4,5% e 5% ao ano. Se o crescimento de 3% ao ano se mantivesse por quatro anos consecutivos a miséria cairia para 24,16%, uma queda de 11,39%. Isso significa que milhões de brasileiros atravessarão a linha da miséria neste ano, se o país transformar a sua atual trajetória de expansão num processo de crescimento sustentado que não se vê no país desde a época do chamado milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se todo esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade.

Se a expansão econômica acumulada de 12% fosse combinada com uma queda de 0,011 ponto de percentagem do índice de Gini (de 0,585 para 0,574) que corresponde *grossomodo* à queda observada entre 2001 e 2003, a indigência brasileira cairia cerca de 16,86%. A proporção de indigentes passaria para 22,67%. Ou seja, os 47,4 milhões de pobres iniciais se reduziriam em 8 milhões. Vale assinalar que a queda mencionada apenas levaria a desigualdade brasileira medida pelo índice de Gini de 0,585 para os níveis de 0,574 encontrado no estado do Rio de Janeiro.

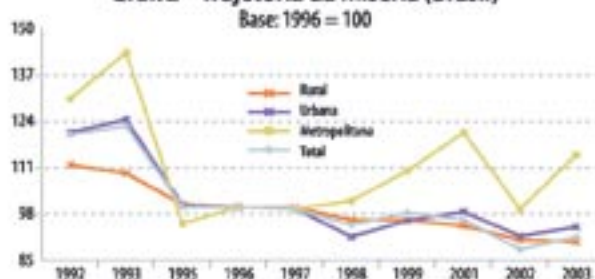
Na verdade, a pobreza poderia ainda recuar substantivamente mesmo se o país deixasse de crescer. A redução do Gini, apontada acima, sozinha diminuiria a proporção de indigentes em 6,42% percentuais contra 11,39 pontos daquela obtida no cenário de crescimento puro mencionado antes. Podemos pensar em cenários de redução de desigualdade mais auspiciosos como a convergência da desigualdade brasileira para o nível observado no Rio Grande

Gráf. 1 – Distribuição de renda (%)



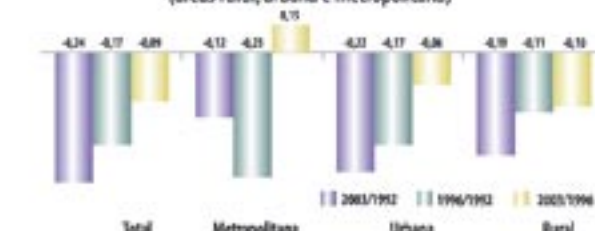
Fonte: CPS/IBRE/FGV processando as microdados da PNAD/IBGE.

Gráf. 2 – Trajetória da miséria (Brasil)



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando as microdados da PNAD/IBGE.

Gráf. 3 – Taxa de redução da miséria em grandes períodos (áreas rural, urbana e metropolitana)



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando as microdados da PNAD/IBGE.

do Sul. Neste caso, mesmo sem crescimento, a miséria cairia de 27,26% para 20,98%, uma queda de 23,04%. Agora se esta mudança em direção à equidade fosse acompanhada de crescimento acumulado de 12% nos próximos quatro anos, ela cairia para 17,61%, uma queda de 35,42% em face do resultado observado em 2003.

A causa fundamental da miséria brasileira é a má distribuição de renda e aí reside a sua solução. Reduzir a desigualdade num contexto de *boom* econômico como agora se apresenta, parece mais factível do que em épocas recessivas quando perdas estão sendo repartidas. A adoção de metas sociais ajudaria no combate à miséria. Neste caso é fundamental o monitoramento freqüente, de forma a auferir o cumprimento dos compromissos sociais firmados com organismos internacionais e a sociedade brasileira. ▀

¹Esse número é obtido a partir de uma linha de miséria correspondente a R\$ 108,00 mensais, com base numa cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Trata-se do primeiro estudo sobre a miséria brasileira utilizando a recém-lançada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-2003), do IBGE.

Evolução Recente da Miséria

Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV

www.fgv.br/cps

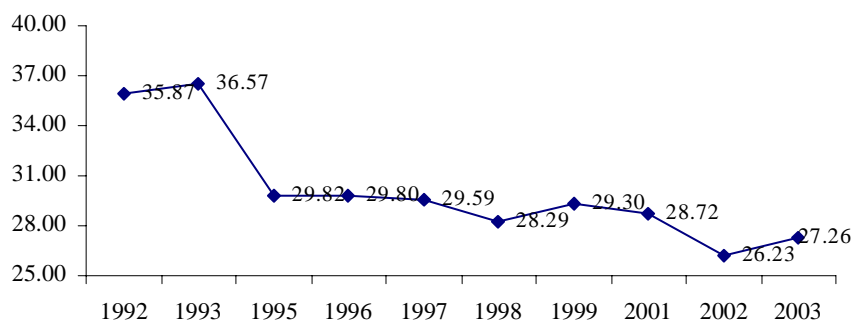
cps@fgv.br

Reduzir a desigualdade num contexto de boom econômico parece mais factível do que em recessão, quando perdas estão sendo repartidas.

A Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV) mostra que a pobreza aumentou no ano 2003. A proporção de miseráveis passou de 26,23% em 2002 para 27,26% no ano passado. Esse número é obtido a partir de uma linha de miséria correspondente a R\$ 108,00 mensais, com base numa cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Trata-se do primeiro estudo sobre a pobreza brasileira utilizando a recém-lançada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-2003), do IBGE.

As metrópoles apresentaram maior crescimento da miséria (de 16,6% para 19,14%), o que pode ser explicado pela crise no mercado de trabalho. Por outro lado, nas áreas rurais notamos queda da pobreza (de 51,4% para 51%) que pode ser resultado de políticas públicas voltadas para o campo.

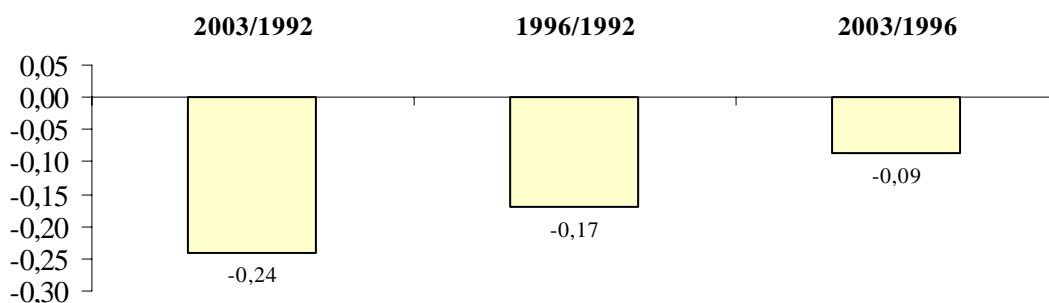
Miséria - Brasil



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Olhando para o período 1992 a 2003 observamos queda sistemática da miséria nacional de 35,87 para 27,26. Esta queda é observada mesmo durante os períodos de crise externa e ajustes posteriores. Olhando os grandes números a miséria: i) caiu 24% no período 1992 a 2003. ii) caiu 17% no período 1992 a 1996. iii) Caiu 9% no período 1996 a 2003, período marcado por crises externas e ajustes internos.

Taxa de Redução da Miséria em Grandes Períodos - Brasil

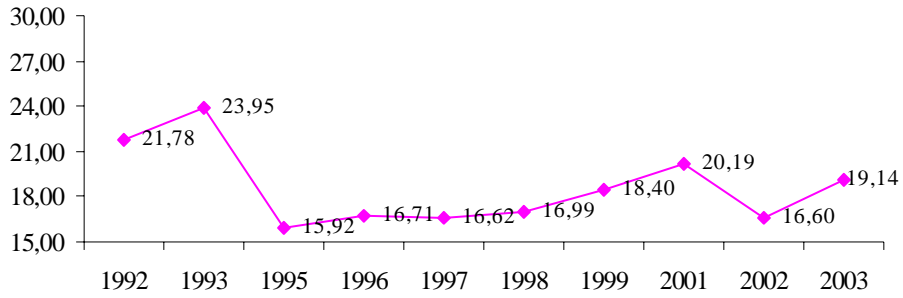


Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

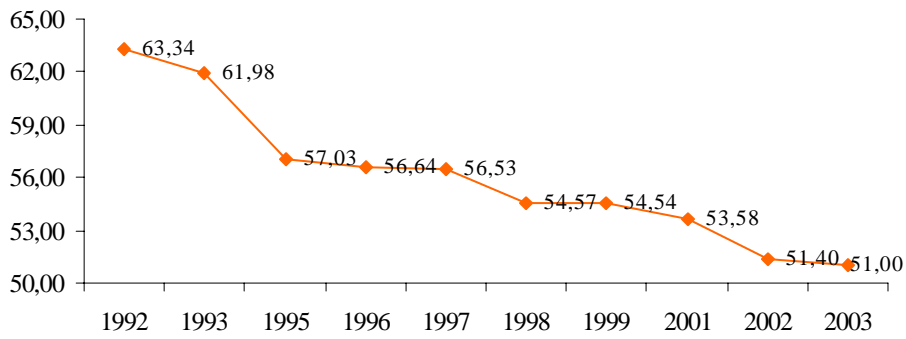
Tendências Rurais, Urbanas e Metropolitanas

A miséria metropolitana após o período de Lua de Mel com o plano Real, tem apresentado ano a ano aumento desde 1995, tendência esta interrompida em 2002 mas retomada em 2003. A miséria rural cai sistematicamente em todos os anos da série inclusive em períodos de seca do Nordeste como 1998 e 2001. A miséria urbana, por sua vez apresenta uma trajetória similar àquela observada em nível nacional.

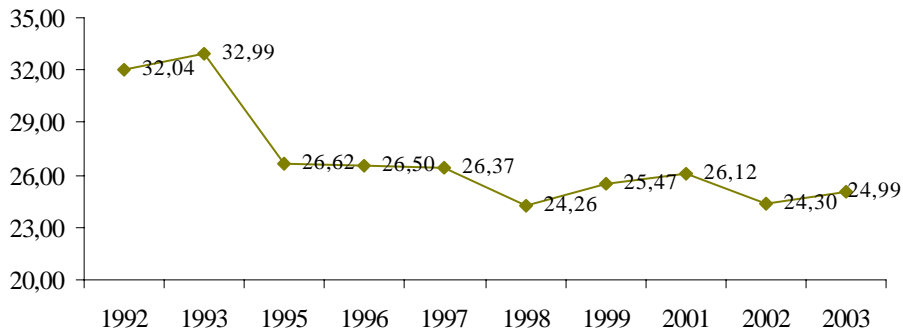
**Miséria Metropolitana
Brasil**



**Miséria Rural
Brasil**



**Miséria Urbana
Brasil**

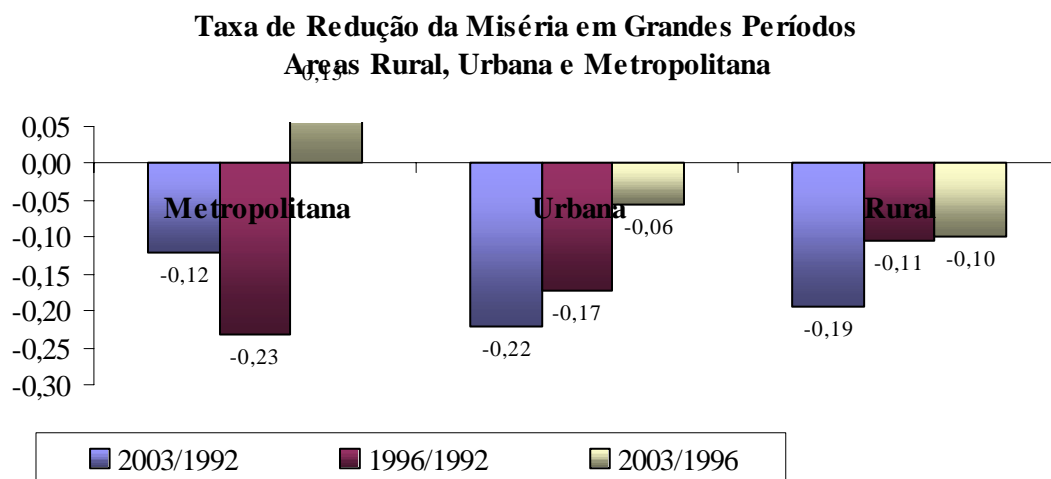


Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Se olharmos para intervalos mais longos a miséria na área metropolitana no período 1992 a 2003 a miséria metropolitana apresenta um decréscimo de 12%. O menor entre todos os tamanhos de cidade. Função da maior redução de miséria no período 1992 a 1996 (23%) já que a miséria subiu 15% após 1996.

As áreas rurais foram as menos beneficiadas na conjuntura expansiva 1992 a 1996 caindo 11%. Já no período posterior (1996-2003) as áreas rurais apresentam o melhor desempenho entre todos os tipos de regiões caindo 10%.

A miséria urbana, por sua vez apresenta uma trajetória similar àquela observada em nível nacional sendo a mais estável entre todos os períodos de análise. No computo geral, fruto da expansão das cidades médias a miséria urbana cai cerca de 22% durante o período 1992 a 2003.



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Cenários para 2004 e depois

A desigualdade de renda brasileira está entre as três maiores do mundo. Tomemos a medida de desigualdade mais usual entre os analistas: o índice de Gini, que varia entre zero e um. Quanto maior o resultado, mais desigual é a sociedade. Numa situação utópica, onde a ren-

da de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,585 correspondente ao nosso Gini não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Medidas de Desigualdade			
	2003	2002	2001
Gini	0.58	0.59	0.60
Theil	0.56	0.59	0.72

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, esta mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferências de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29) não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro políticas contra a desigualdade constituem um importante aliado na redução da pobreza. Vejamos alguns cenários.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$108 por mês a preços da Grande São Paulo em Outubro de 2003, quantia necessária para suprir as suas necessidades alimentares básicas) cairá dos 27,26% de 2003 para 26,56% em 2004, uma queda de 2,6%, se a renda *per capita* nacional crescer 3% ao ano entre 2003 e 2004 o que corresponde ao ritmo de crescimento atual do PIB entre 4.5% e 5% ao ano. Se o crescimento de 2,9% ao ano se mantiver por quatro anos consecutivos a miséria cairia para 24,16%, uma queda de 11,39%. Isso significa que milhões de brasileiros atravessarão a linha da miséria neste ano, se o país transformar a sua atual trajetória de expansão num processo de crescimento sustentado que não se vê no país desde a época do chamado milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se todo esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade.

Se a expansão econômica acumulada de 12% fosse combinada com uma queda de 0,011 ponto de porcentagem do índice de Gini (de 0,585 para 0,574) que corresponde grosso modo à queda observada entre 2001 e 2003, a indigência brasileira cairia cerca de 16,86%. A proporção de indigentes passaria para 22.67%. Ou seja: os 47 milhões de pobres iniciais se reduziriam em 8 milhões. Vale assinalar que a queda mencionada apenas levaria a desigualdade brasileira medida pelo índice de Gini de 0,585 para os níveis de 0,574 encontrado no estado do Rio de Janeiro.

Na verdade, a pobreza poderia ainda recuar substantivamente mesmo se o país deixasse de crescer. A redução do Gini apontada acima sozinha diminuiria a proporção de indigentes em 6,42% percentuais contra 11,39 pontos daquela obtida no cenário de crescimento puro mencionado antes. Podemos pensar em cenários de redução de desigualdade mais auspiciosos como a convergência da desigualdade brasileira para o nível observado no Rio Grande do Sul. Neste caso, mesmo sem crescimento a miséria cairia de 27,26% para 20,98%, uma queda de 23,04%. Agora se esta mudança em direção à equidade fosse acompanhada de crescimento acumulado de 12% nos próximos 4 anos ela cairia para 17,61% uma queda de 35,42% face o resultado observado em 2003.

A causa fundamental da miséria brasileira é a má distribuição de renda e aí reside a sua solução. Reduzir a desigualdade num contexto de *boom* econômico como agora se apresenta parece mais factível do que em épocas recessivas quando perdas estão sendo repartidas. A adoção de metas sociais ajudaria no combate à miséria. Neste caso é fundamental o monitoramento freqüente, de forma a auferir o cumprimento dos compromissos sociais.

**Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento
Sem Redução de Desigualdade**

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação
Brasil 2003	379.78	27.26	
Efeito Crescimento de			
3%	391.17	26.56	-2.60%
12%	425.35	24.16	-11.39%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

* Crescimento da renda per capita

**Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento
com Efeito Redução Média de Desigualdade (Gini cai de 0,585 para 0,574)**

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação
Brasil 2003	379.78	27.26	
Efeito Desigualdade (Gini cai 0,011 *De 0,585 para 0,574)	379.78	25.51	-6.42%
Efeito Desigualdade (RJ)* com Crescimento de			
3%	391.17	24.92	-8.61%
12%	425.35	22.67	-16.86%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

* Crescimento da renda per capita

* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio de Janeiro no ano 2001

Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento com Efeito de Redução Forte de Desigualdade

(Gini cai de 0,585 para 0.535)

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação
Brasil 2003	379.78	27.26	
Efeito Desigualdade (RS)*	379.78	20.98	-23.04%
Efeito Desigualdade (RS)* com Crescimento de			
3%	391.17	20.29	-25.59%
12%	425.35	17.61	-35.42%

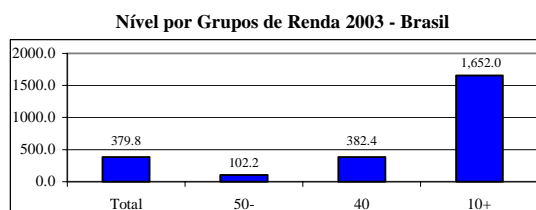
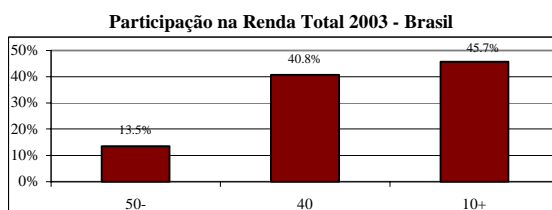
Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

* Crescimento da renda per capita

* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio do Rio Grande do Sul

Análise das Mudanças Distributivas Recentes

Vejamoinicialmente algumas medidas de concentração de renda, segundo a PNAD que se presta ao monitoramento anual da pobreza brasileira. A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação com três grupos de renda: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita* (mais precisamente, 45,7%); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (13,5%); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,8%). A renda individual do grupo mais rico é 16 vezes aquela observada no grupo mais pobre no Brasil. O gráfico abaixo apresenta a renda média de cada um destes grupos seguindo a PNAD 2003.

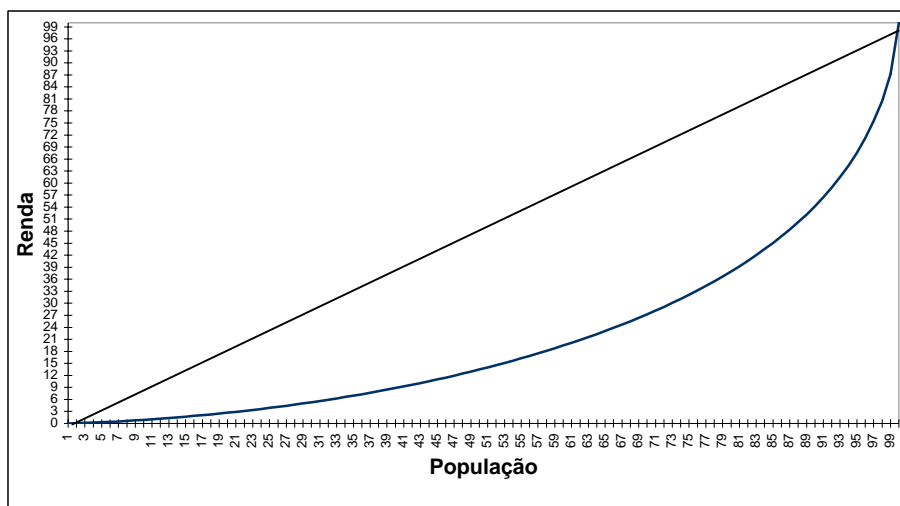


Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Apresentamos abaixo a curva de Lorenz Brasileira em 2003. O grau de desigualdade pode ser captado pelo tamanho da barriga da Curva de Lorenz,, isto é, a área entre a curva e a reta de 45 graus. O índice de Gini capta o que corresponde graficamente à razão entre a barriga da curva de Lorenz e a área do triângulo inferior do gráfico

Senão vejamos: se a sociedade fosse totalmente igualitária, isto é, ordenando dos mais pobres para os mais ricos a participação acumulada dos indivíduos na população crescesse *pari-passu* com a participação das suas respectivas rendas no total, estaríamos exatamente sobre a reta de 45 graus. Neste caso a medida desigualdade conforme o índice de Gini seria zero. No outro caso polar, de uma sociedade totalmente desigual, onde apenas um indivíduo detém toda renda da economia (e os demais possuem renda zero) estaríamos caminhando sobre as laterais do triângulo da curva de Lorenz,. Neste caso o índice de Gini seria unitário.

Desigualdade de Renda Familiar Per Capita - Brasil 2003

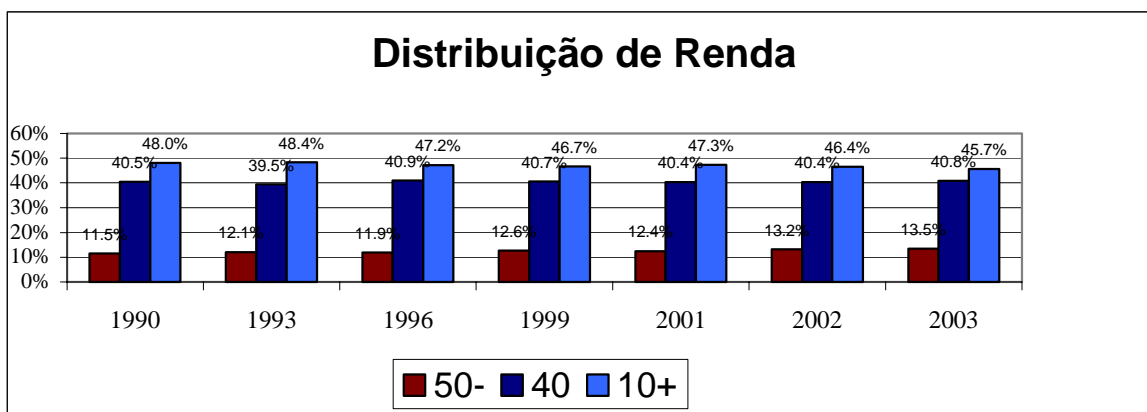


Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Detalhamento

Esta seção analisa essas flutuações macroeconômicas, segundo uma perspectiva distributiva. Procuramos qualificar a natureza das mudanças de bem-estar social ocorridas desde a criação do plano. Verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-96) e

o de crises externas (1997-2001) apresentam, tanto para o bem como para o mal, mudanças distributivas relativamente pouco pronunciadas. Já no último período (2001-2003) observamos um movimento de redução da desigualdade.



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

No período de transição para a estabilidade, ao contrário do que se tem enfatizado, o efeito redutor de desigualdade do Real foi relativamente pequeno. A linha de pesquisa que originou o Real e os planos de estabilização que o antecederam buscavam reduzir a inflação mantendo, mais ou menos constante, o *status quo* da distribuição de renda.

A fase da URV, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia justamente isso. O Real foi concebido — e bem-sucedido — no combate a inflação. O grande ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi a queda da desigualdade, mas — como o próprio nome sugere — o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos. Essa redução de incerteza levou a efeitos ilusórios de redução de disparidades de renda, mas melhorou as condições para a aplicação de políticas sociais.

Por outro lado, a análise da distribuição de renda no período de crises externas (1996-2001) é muito heterogênea no Brasil, dependendo do que e de onde se olha. Se somente for observada a renda do trabalho nas grandes metrópoles, haverá uma idéia de que a crise é mais séria. Se forem analisadas todas as fontes de renda e áreas geográficas, nos aproximando de um conceito mais abrangente de bem-estar, a crise se apresenta menos séria.

Cabe finalmente notar a redução da desigualdade observada após 2001. Por exemplo, a parcela dos 10% mais ricos cai de 47,3 para 45,7 no espaço de dois anos, dado inédito na história social brasileira dos últimos 15 anos.

Mapa do Fim da Fome II

O *Mapa do fim da fome II*, elaborado em parceria com a Ação da Cidadania, é um banco de dados georeferenciado permitindo a localização física dentro de estados e municípios das áreas sujeitas às condições sociais mais adversas. Contém um amplo conjunto de informações sobre riquezas e carências das localidades. Estas informações podem ser estendidas em diversas direções desejadas e são passíveis de serem levantadas em qualquer estado ou município brasileiro, constituindo num poderoso instrumento para que a sociedade e governos possam elaborar programas focados de desenvolvimento social (vide o site www.fgv.br/cps)

O *Mapa do fim da fome II* possui duas edições, sendo uma para o Rio de Janeiro e outra para Pernambuco. No Rio a renda da Lagoa é a mais alta do município. O município de São Francisco de Itabapoana é o mais pobre do estado, onde 43,8% da população é miserável. Niterói, com 11,07% de miseráveis é a cidade que tem o melhor desempenho no estado. A cidade do Rio apresenta 14,57% da população vivendo na miséria.

Em Pernambuco a renda da área de Boa viagem é a mais alta do município de Recife e que 53% da população pernambucana vivem em situação de miséria. O município de Manari é um dos mais pobres do Brasil, com 90% de miseráveis; Fernando de Noronha, com 5% de miseráveis e com maior renda do estado (R\$1.027,00), aparece como o paraíso dos indicadores sociais de Pernambuco.

Ela ainda permite analisar, por exemplo, os municípios de Pernambuco que foram objeto de ações realizadas pelos sem-terra em torno de abril de 2004, época do lançamento do estudo, assim como um comparativo entre a favela da Rocinha, onde também em abril ocorreu uma invasão de traficantes rivais, e outras regiões da cidade do Rio de Janeiro.

ANEXO:

**Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento
Sem Redução de Desigualdade**

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação
Brasil 2003	379,78	27,26	
Efeito Crescimento de			
1%	383,58	27,02	-0,91%
2%	387,37	26,85	-1,52%
3%	391,17	26,56	-2,60%
4%	394,97	26,35	-3,37%
5%	398,77	26,06	-4,42%
6%	402,56	25,78	-5,45%
7%	406,36	25,63	-6,01%
8%	410,16	25,30	-7,22%
9%	413,96	24,92	-8,60%
10%	417,76	24,52	-10,08%
11%	421,55	24,34	-10,71%
12%	425,35	24,16	-11,39%
13%	429,15	23,71	-13,03%
14%	432,95	23,48	-13,87%
15%	436,74	23,27	-14,65%
16%	440,54	23,05	-15,45%
17%	444,34	22,87	-16,10%
18%	448,14	22,60	-17,09%
19%	451,94	22,38	-17,90%
20%	455,73	22,21	-18,54%
21%	459,53	22,01	-19,26%
22%	463,33	21,84	-19,90%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

* Crescimento da renda per capita

Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento com Efeito Redução Média de Desigualdade (Gini cai de 0,585 para 0,574)

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação
Brasil 2003	379,78	27,26	
Efeito Desigualdade (Gini cai 0,01: *De 0,585 para 0,574)	379,78	25,51	-6,42%
Efeito Desigualdade (RJ)* com Crescimento de			
1%	383,58	25,20	-7,57%
2%	387,37	25,00	-8,31%
3%	391,17	24,92	-8,61%
4%	394,97	24,75	-9,23%
5%	398,77	24,39	-10,53%
6%	402,57	23,99	-12,02%
7%	406,36	23,61	-13,40%
8%	410,16	23,54	-13,66%
9%	413,96	23,16	-15,05%
10%	417,76	23,02	-15,55%
11%	421,55	22,89	-16,06%
12%	425,35	22,67	-16,86%
13%	429,15	22,53	-17,37%
14%	432,95	22,46	-17,61%
15%	436,75	22,27	-18,32%
16%	440,54	22,20	-18,56%
17%	444,34	22,16	-18,73%
18%	448,14	20,35	-25,36%
19%	451,94	20,32	-25,45%
20%	455,73	20,30	-25,52%
21%	459,53	20,11	-26,25%
22%	463,33	19,79	-27,42%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

* Crescimento da renda per capita

* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio de Janeiro no ano 2001

**Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento
com Efeito de Redução Forte de Desigualdade**
(Gini cai de 0,585 para 0.535)

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação
Brasil 2003	379.78	27.26	
Efeito Desigualdade (RS)*	379.78	20.98	-23.04%
Efeito Desigualdade (RS)* com Crescimento de			
1%	383.58	20.78	-23.77%
2%	387.37	20.54	-24.66%
3%	391.17	20.29	-25.59%
4%	394.97	19.64	-27.97%
5%	398.77	19.48	-28.54%
6%	402.57	18.82	-30.98%
7%	406.36	18.61	-31.73%
8%	410.16	18.47	-32.26%
9%	413.96	18.25	-33.07%
10%	417.76	18.07	-33.74%
11%	421.55	17.80	-34.69%
12%	425.35	17.61	-35.42%
13%	429.15	17.36	-36.34%
14%	432.95	17.20	-36.92%
15%	436.75	16.68	-38.82%
16%	440.54	16.64	-38.98%
17%	444.34	16.52	-39.41%
18%	448.14	16.44	-39.69%
19%	451.94	16.12	-40.86%
20%	455.73	15.87	-41.77%
21%	459.53	15.68	-42.48%
22%	463.33	15.43	-43.41%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

* Crescimento da renda per capita

* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio do Rio Grande do Sul